

Intervenção do Deputado Jaime Jorge  
O estado da lavoura do Pico  
Horta, 9 de Setembro de 2008

Senhor Presidente  
Senhoras e senhores deputados  
Senhora e senhores membros do Governo

Bastou chegarmos ao verão, que até nem foi muito diferente da generalidade dos anteriores, pelo menos no que diz respeito aos valores da temperatura e da precipitação, para que na ilha do Pico, se verificasse, mais uma vez, a fragilidade e debilidade das estruturas de fornecimento de água às explorações agrícolas da ilha.

Sabe-se que uma das principais características da ilha é a elevada porosidade e permeabilidade dos seus solos, que resulta numa quase total ausência de nascentes naturais e ribeiras permanentes, que possam ser usadas para o fornecimento de água às explorações de bovinos.

Se a isto aliarmos o facto deste tipo de explorações não existir em número muito elevado, a dispersão destas pela ilha e a

dimensão do perímetro agrário desta, releva daqui a necessidade de serem estudadas várias soluções para o fornecimento de água à lavoura.

Sendo certo à partida que a solução de uma determinada área ou zona de produção, não servirá as restantes, sobretudo pelas distancias a percorrer pelos agricultores, das suas explorações até ao ponto de abastecimento.

A ilha do Pico pode não ter muito mais explorações do que a generalidade das ilhas dos Açores mas exige outras e variadas soluções, consoante a zona da ilha a intervencionar.

Por exemplo, nos concelhos das Lajes e de São Roque, apesar de se poder aproveitar o caudal de uma ou outra nascente e o lençol de água de uma ou outra lagoa, em sistemas de captação que na maioria das vezes foram construídos pelas autarquias.

Ainda assim são muitos os agricultores, que por uma questão de economia de tempo e de trabalho, recorrem à rede pública

de abastecimento para consumo doméstico, somando o encarecimento que este serviço comporta, aos já elevados custos da gestão da sua exploração.

No concelho da Madalena a situação já é diferente: não existem nascentes permanentes nem ribeiras de fácil aproveitamento e as lagoas – solução que deve ser sempre de ultimo recurso – ficam muito distantes do perímetro agrário do concelho.

É pois de inteira justiça realçar aqui, aquilo que tem sido o papel das autarquias no acompanhamento e apoio aos agricultores da ilha, por contra-posição com o desinteresse do Governo Regional, que nesta matéria apenas tem prestado á ilha do Pico a mínima atenção, dotando-a pontualmente de um ou outro investimento, é certo, mas ainda muito aquém do que é desejável e expectável pela lavoura do Pico.

Sobretudo agora que arrancou em definitivo com a produção de carne IGP-Açores, produção qualitativamente diferenciadora,

que pode catapultar os açores para outra posição no mapa dos produtores de carne bovina.

Não é por isso de estranhar, que sempre que os problemas se agudizam, é à porta das autarquias que os agricultores vão sempre parar. E são sempre os autarcas que em primeira-mão, lhes resolvem estes problemas.

Tem, por tudo isto, o Governo Regional uma imensa dívida, mesmo que apenas de gratidão, para com todos estes autarcas, que não tendo responsabilidade nenhuma nesta matéria – já lhes basta o enorme esforço e preocupação de fornecer água às populações, nas condições que a lei determina – são contudo quem mais se tem empenhado nas soluções, ainda que por vezes temporárias, destas questões.

É urgente por isso, que o Governo Regional encare este problema da lavoura do Pico com a preocupação e urgência na resolução, que ele recomenda e exige.

Os agricultores desta ilha têm direito ao mesmo tratamento dos de outras ilhas e o investimento aqui realizado tem ficado muito aquém do desejável.

Para obter e conservar água na ilha do Pico, será sempre necessário construir lagoas artificiais para aproveitamento da água que corre em abundância no Inverno.

Podendo ainda ser necessário, fazer um ou outro furo de captação para atingir no subsolo, os lençóis freáticos, onde esta se encontra com mais ou menos abundância, tendo sempre em atenção as condições de acesso e a facilidade de distribuição pelas explorações da zona.

Enfim, é necessário investimento e para isto, é necessário vontade política para o fazer. Vontade política que não tem existido por parte deste Governo Regional.

Parece que neste domínio a estratégia para a ilha do Pico é “até aqui, bem ou mal, as autarquias têm resolvido o problema, deixemo-las continuar a resolve-lo”.

Até quando esta situação irá durar?

São situações como estas que levam gradualmente ao abandono e á desertificação da nossa agricultura.

E numa escala ainda maior, ao abandono e desertificação de algumas das nossas ilhas mais rurais.

Seguramente se deixasse de existir agricultores e consequentemente agricultura, o problema do fornecimento de água à lavoura ficaria definitivamente resolvido!

Esta situação, sendo hoje uma necessidade, é para o PSD uma prioridade.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhora e senhores membros do Governo

Durante esta legislatura, e desde a sua inauguração com pompa e não menos circunstancia, por diversas vezes o PSD denunciou as inúmeras lacunas e deficiências do novo matadouro da ilha.

Que precisamente por ser tão novo, tão cedo não as devia demonstrar.

Esta obra, no entanto, desde o início denunciou aos mais atentos mas sobretudo àqueles que a iriam utilizar, toda a sua exiguidade, face as necessidades que á data, na ilha do Pico, já se perspectivava.

Decorridos que estão escassos dois anos da sua inauguração, eis que está totalmente demonstrado, para quem quiser ver - pois o maior cego não é o que não vê é o que não quer ver - a total incapacidade desta estrutura

para abater e desmanchar os números que neste verão se atingiu.

De facto e apenas num curto período de início de Julho a meados de Agosto, em 2007 o matadouro abateu 371 animais. Em 2008, no mesmo período, já abateu 761 animais.

Num escasso prazo de um ano esta estrutura mais que duplicou os abates registados no ano anterior, e por este exponencial crescimento, é inequivocamente responsável a Cooperativa Verde Atlântico e todo o seu profícuo trabalho em prol do crescimento da fileira da carne, com relevo para a carne certificada dos Açores.

E é precisamente numa fase de crescimento e estruturação desta Cooperativa e de todo este sector, que esta estrutura demonstra tudo aquilo que já se previa: a sua total incapacidade para a expansão e crescimento de forma



saudável e sustentada, de um sector que podia vir dar novo fôlego á nossa lavoura, designadamente à fileira da carne.

A estes números não estão ainda somados os noventa vitelos abatidos, nesse mesmo período, um novo produto que a Verde Atlântico já lançou recentemente no mercado, e que neste momento poderiam ser muito mais, assim permitissem as instalações.

Por tudo isto se persiste na denúncia de que esta obra, como tantas deste Governo, apenas serviu para disfarçar apressadamente, uma promessa eleitoral.

Não ouviu nem teve em conta as necessidades e expectativas do sector. E por isso naturalmente, não pôde corresponder de forma cabal, com este importante elo de toda a cadeia.

É por tudo o que aqui se demonstra, que podemos dizer com toda a autoridade que este Governo não cumpriu com

a agricultura e revela pouca ou nenhuma ambição, no que ao sector diz respeito.

Que não está á altura da classe e que esta, por todo o esforço, persistência e paixão que coloca no seu trabalho, merecia bem melhor.

Disse